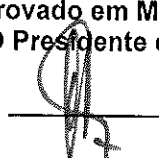


Proposta

N.º 627/2011

Aprovado em Minuta

O Presidente da Câmara



Considerando que:

Constitui receita do Município, nos termos da alínea b) do artigo 10.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º daquele diploma legal.

Nos termos da alínea f) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derramas.

Ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas de derrama a aplicar em cada ano de acordo com os valores e metodologias previstas na lei.

A ausência da comunicação da deliberação, à Direcção-Geral dos Impostos, por via electrónica, ou a recepção da referida comunicação para além do prazo estabelecido no n.º8 do artigo 14.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, 31 de Dezembro, não há lugar à liquidação e cobrança de derrama.

Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro:

Artigo 14º

1 - Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

2 - Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria colectável superior a €50.000, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.

3 - Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais que tornem inadequados os critérios estabelecidos nos números anteriores, podem os municípios interessados, a título excepcional, propor, fundamentadamente, a fixação de um critério específico de repartição da derrama, o qual, após audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados, é fixado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais.

4 - A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000.

Proposta

5 - Nos casos não abrangidos pelo n.º2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direcção efectiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 117.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.

6 - Entende-se por massa salarial o valor das despesas efectuadas com o pessoal e escrituradas no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.

7 - Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efectuam o apuramento da derrama que seja devida.

8 - A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via electrónica pela câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.

9 - Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja recebida para além do prazo nele estabelecido, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama.

10 - O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respectivo apuramento pela Direcção-Geral dos Impostos.

Tenho a honra de propor

Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter à Assembleia Municipal de Loures, para aprovação por este órgão deliberativo, o lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC referente a 2011 e a cobrar em 2012.

Assim como, uma taxa reduzida de derrama de 1% a todos os sujeitos passivos com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse €150.000, nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro.

Loures, 02 de Novembro de 2011

O Vereador do Departamento Planeamento, Finanças e Logística



Ricardo Leão

Informação Financeira			
Proposta de Cabimento Nº	/2010	Valor Cabimentado	. . . , 00€
Envio DF para	<input type="checkbox"/> Compromisso e pagamento		
	<input type="checkbox"/> Compromisso com pagamento em data a indicar pela U.O. proponente		